



Dois anos depois, é preciso cautela

O Brasil completa amanhã dois anos do primeiro registro de covid-19. Apesar do otimismo do governo federal no combate à doença, especialistas consideram temerário definir data para o fim da pandemia

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Amanhã, o Brasil completa dois anos do primeiro caso confirmado de covid-19. A primeira infecção do novo coronavírus foi notificada em 26 de fevereiro de 2020. Em 24 meses, o Ministério da Saúde confirmou 28.578.647 casos e 647.390 óbitos em razão da pandemia. Assim como muitas nações pelo mundo, o país busca um nível de imunização capaz de reverter o caráter pandêmico da doença. Para especialistas ouvidos pelo **Correio**, ainda que o desejo seja o fim da pandemia, incertezas do momento vivido no mundo colocam em risco a estimativa de uma data para o término do surto global.

Embora o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, já anuncie a expectativa de rebaixar a pandemia para o grau de endemia até o fim do primeiro trimestre e estude a flexibilização de medidas restritivas, outras esferas federativas preconizam a cautela. Ontem, durante reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite, o vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e secretário da Saúde do Espírito Santo, Nécio Fernandes de Medeiros, pediu prudência nas projeções.

“Nós precisamos ter cautela e precaução em qualquer posição oficial do sistema de saúde que reconheça expressões como o ‘fim da pandemia’. Dependendo da mensagem passada ao público, se a gente não tem o zelo pela expressão adequada, a gente pode acabar dificultando a coesão social necessária para garantir aquilo que vai determinar o fim da pandemia”, disse o gestor, que ainda ressalta: “A pandemia não vai se acabar por decreto, vai acabar de acordo com as evidências de comportamento dela mesmo”, completou.

A infectologista Ana Helena Germoglio, que atendeu a primeira paciente com covid-19 do Distrito Federal, lembra que estima uma data para o fim da pandemia não é uma previsão matemática. “O histórico das últimas pandemias mostra que, geralmente, elas costumam durar dois anos. Essa, aparentemente, está seguindo esse caminho. Mas, agora, temos um período de incertezas no cenário internacional, de guerra, que não sabemos quanto tempo vai durar”, ponderou.

Este cenário vai influenciar na distribuição das vacinas contra covid-19 e na movimentação de pessoas, pontos-chave para o controle da transmissão do vírus. “Por isso, essas incertezas podem fazer com que a pandemia dure mais do que a gente imaginava, já que não adianta vacinar só um país do mundo”, afirmou.

Estabilização

Nécio Fernandes ressalta que alguns países e continentes ainda têm baixo percentual de cobertura vacinal, mas espera que o Brasil contribua na ampliação do acesso às vacinas

contra a covid-19. “Sem dúvida nenhuma, estamos mais perto do fim do que do começo, já que as vacinas estão trazendo aquilo que sempre se esperou delas”, indicou.

Para o médico infectologista Eliseu Alves, a previsão é de que de fato haja uma estabilização dos casos a partir do inverno. “Depois de dois anos de pandemia, com uma cobertura vacinal boa ou ao menos razoável, em boa parte dos países, com exceção dos países africanos, e após a ampla circulação em todo o globo da ômicron, é provável que após o inverno (julho/agosto) a circulação do SARS-CoV-2 diminua sensivelmente”, acredita. Segundo ele, a tendência seria a covid-19 passar a ser endêmica, adquirindo um comportamento sazonal, à semelhança de outros vírus respiratórios.

Alves avalia que a estabilização da covid-19 deve ocorrer no Hemisfério Norte a partir do próximo março ou abril. No entanto, o epidemiologista afirma que ainda é difícil estimar o nível de endemicidade do novo coronavírus. Por isso, segundo ele, ainda será necessário manter as medidas de

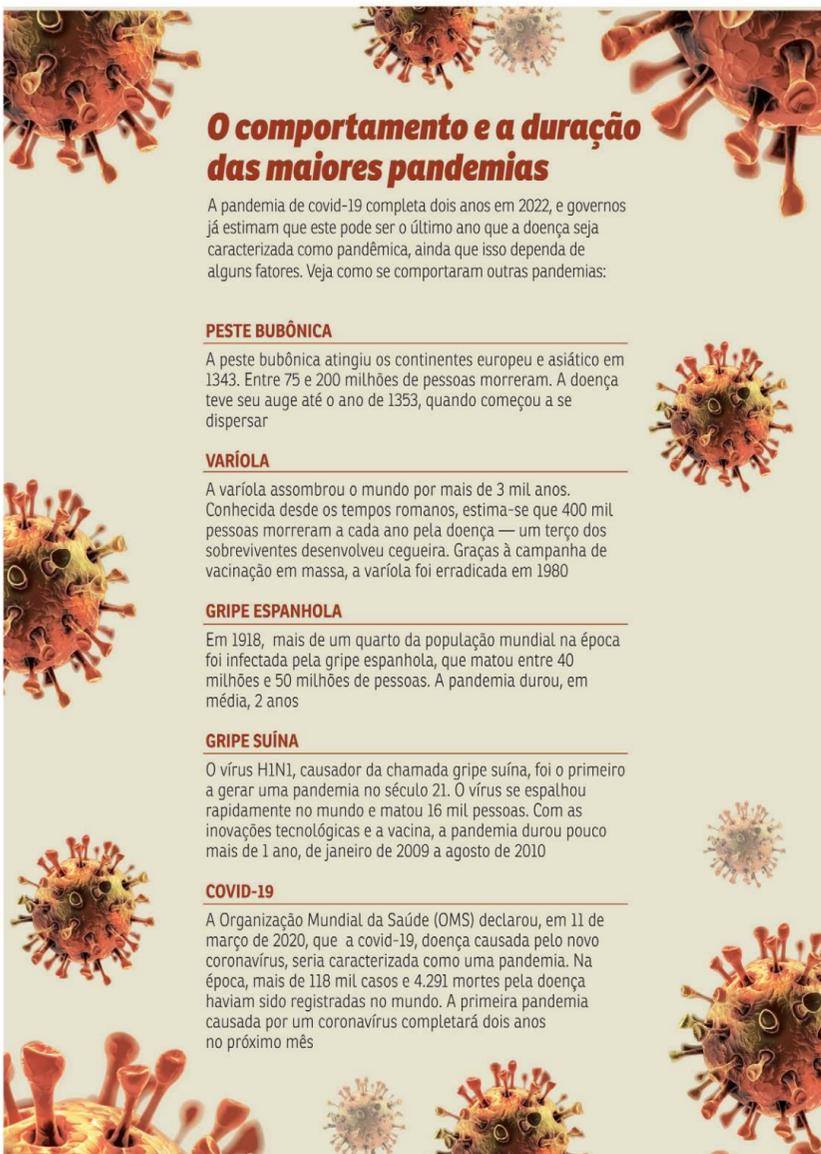
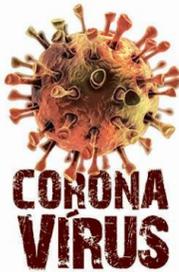
prevenção, especialmente em locais fechados, “por um bom tempo”. “Em síntese, podemos ter uma expectativa mais otimista para o segundo semestre, mas não devemos baixar a guarda”, disse.

A infectologista Ana Helena Germoglio ressalta que a estabilização no hemisfério norte só deve ocorrer no Brasil um pouco depois. Ainda assim, ela alertou, o feriado de carnaval pode influenciar a transmissão do SARS-CoV-2. “Mesmo que a maior parte do país tenha cancelado as festas de rua, a tendência é que haja um aumento da circulação do vírus”, analisou. Por isso, a especialista acredita ser “ousado” e “precipitado” chancelar uma data para o fim das medidas restritivas no país.

Desigualdade

Em meio a um cenário de incertezas, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sugere que qualquer discussão e decisão sobre o quadro atual e cenários futuros deve considerar o quadro heterogêneo e desigual no Brasil no acesso à saúde. “É importante destacar que nem todos os espaços geográficos, territórios e populações a viveriam ao mesmo tempo e com a mesma intensidade”, pontuou a última edição do Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz, divulgada ontem.

“Embora o cenário seja bastante promissor, tanto pela tendência de queda nos principais indicadores como pelo avanço da cobertura vacinal, o Boletim sublinha que a pandemia ainda não acabou, com necessidade de proteger a população mais vulnerável, e considera que dentre os mais expostos estão os adultos que não completaram o esquema vacinal, como também crianças e adolescentes”, detalhou o documento elaborado pela Fiocruz. (*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)



O comportamento e a duração das maiores pandemias

A pandemia de covid-19 completa dois anos em 2022, e governos já estimam que este pode ser o último ano que a doença seja caracterizada como pandêmica, ainda que isso dependa de alguns fatores. Veja como se comportaram outras pandemias:

PESTE BUBÔNICA

A peste bubônica atingiu os continentes europeu e asiático em 1343. Entre 75 e 200 milhões de pessoas morreram. A doença teve seu auge até o ano de 1353, quando começou a se dispersar

VARÍOLA

A varíola assombrou o mundo por mais de 3 mil anos. Conhecida desde os tempos romanos, estima-se que 400 mil pessoas morreram a cada ano pela doença — um terço dos sobreviventes desenvolveu cegueira. Graças à campanha de vacinação em massa, a varíola foi erradicada em 1980

GRIPE ESPANHOLA

Em 1918, mais de um quarto da população mundial na época foi infectada pela gripe espanhola, que matou entre 40 milhões e 50 milhões de pessoas. A pandemia durou, em média, 2 anos

GRIPE SUÍNA

O vírus H1N1, causador da chamada gripe suína, foi o primeiro a gerar uma pandemia no século 21. O vírus se espalhou rapidamente no mundo e matou 16 mil pessoas. Com as inovações tecnológicas e a vacina, a pandemia durou pouco mais de 1 ano, de janeiro de 2009 a agosto de 2010

COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, seria caracterizada como uma pandemia. Na época, mais de 118 mil casos e 4.291 mortes pela doença haviam sido registradas no mundo. A primeira pandemia causada por um coronavírus completará dois anos no próximo mês

Anvisa aprova medicamento

Jonathan Nackstrand/AFP



Evusheld, da AstraZeneca, não substitui a vacina anticovid

Casos específicos

O remédio deve ser aplicado em pessoas que não podem se vacinar contra a covid-19 devido a histórico de reação adversa grave ou alergia a algum componente do imunizante. Além disso, pode ser usado por quem tem comprometimento imunológico moderado a grave e, por isso, não apresenta uma resposta imunológica adequada ao imunizante da covid-19. A agência reforça que a aplicação do Evusheld não deve substituir a vacinação em indivíduos para os quais a imunização é recomendada.

O medicamento, que poderá ser usado por adultos ou crianças a partir de 12 anos,

que pesem pelo menos 40 kg, deve ser aplicado em forma de duas injeções intramusculares. Além disso, o remédio possui algumas restrições de uso. De acordo com a Anvisa, em indivíduos que receberam alguma vacina contra a covid-19, o Evusheld deve ser administrado pelo menos duas semanas após a vacinação.

Ainda que existam incertezas identificadas pela Anvisa sobre o medicamento, como a falta de dados da eficácia do produto em humanos com as novas variantes do vírus, os técnicos consideram que “as incertezas identificadas podem ser resolvidas após a autorização por meio da continuação dos estudos clínicos em andamento”. (MEC)

>> DE UNO

www.correio braziliense.com.br

Diálogos põem ex-procuradora sob suspeita

Diálogos obtidos pela Polícia Federal reforçam as suspeitas contra a ex-procuradora-geral de Justiça da Bahia Ediene Lousado. A ex-chefe do Ministério Público da Bahia, segundo o inquérito da PF, teria agido para blindar investigados na Operação Faroeste, que apura a venda de sentenças no Tribunal de Justiça baiano. “Várias são as situações encontradas no conteúdo do material analisado em que Ediene se mostra preocupada com a permanência no cargo de PGJ, demonstrando uma inquietação em não desagradar os interesses do poder executivo estadual”, diz um trecho do laudo. Por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), está afastada das funções no Ministério Público.

crédito: foto: dauno



Prefeito de Petrópolis quer ajuda da União

O prefeito de Petrópolis (foto), Rubens Bomtempo (PSB), pediu à União que ajude no monitoramento do Morro da Oficina, onde houve um deslizamento em consequência do temporal que caiu sobre a cidade em 15 de fevereiro. Cerca de 80 casas foram atingidas no local, contribuindo significativamente para o aumento do número de mortes. Segundo as estatísticas oficiais, a tragédia em Petrópolis já contabiliza 210 mortes. Bomtempo lembrou que o terreno localizado no Morro da Oficina, onde moram cerca de 700 famílias, pertencia à Rede Ferroviária Federal.

Adiado o fim de 41 barragens em Minas

O governo de Minas Gerais assinou, ontem, um acordo com os Ministérios Públicos Federal e o Estadual que prorroga o prazo para as mineradoras eliminarem as 41 barragens a montante existentes no estado — do mesmo tipo das que colapsaram em Mariana, em novembro de 2015, e em Brumadinho, em janeiro de 2019. O prazo original terminava hoje. A Lei Mar de Lama estabeleceu que as mineradoras tinham até 25 de fevereiro para descaracterizar as estruturas a montante existentes em Minas Gerais, sob pena de suspensão de licenças ambientais.